revista ANTHROPOLÓGICAS Ano 25, 32(1): 260-264, 2021 doi.org/10.51359/2525-5223.2021.250771

RESENHA

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. 2017.

Antropologia, Interculturalidade e Educação Escolar indígena em Roraima.

Curitiba: Appris, 317 p.

Lady Selma Ferreira Albernaz a

Este livro compila os resultados da tese de doutoramento de Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento. Publicado em 2017, o conteúdo mostra as vicissitudes ddo desenvolvimento, de uma educação intercultural indígena, frente normas e leis que regulam sua aplicação. Discute ainda as teorias que embasam as reivindicações de uma educação indígena no Brasil, e seu exercício em Roraima. Os objetivos do autor buscavam apresentar a compreensão e a prática da interculturalidade em duas escolas indígenas daquela região. O trabalho teve o compromisso de propiciar aos professores e às professoras indígenas, e suas comunidades, um instrumento de reflexão sobre suas atividades na educação escolar. A discussão permanece atual dada a ameaça aos

a Professora Associada do Departamento de Antropologia e Museologia e da Pós-Graduação em Antropologia (UFPE). Email: lady.albernaz@ufpe.br.

direitos indígenas e às incertezas sobre a continuidade dos valores democráticos no Brasil.

O livro compõe-se, além da Introdução e Considerações finais, de quatro capítulos. Nos dois primeiros, debate-se a educação intercultural - os embates teóricos dentro da academia e as lutas indígenas no Brasil por uma educação específica. Nos demais, são expostas as etnografias de duas comunidades indígenas e seus jeitos de compreender e aplicar uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue - denominação normativa da educação indígena brasileira. A comparação perpassa o debate etnográfico e está presente na apresentação teórica da interculturalidade/interculturalismo e multiculturalidade/multiculturalismo. No prefácio da obra Neusa Gusmão considera que no livro o sufixo 'dade' refere-se ao plano empírico campo da prática; enquanto o sufixo 'ismo' remete ao plano da intervenção - campo normativo. Concordando com a autora emprego aqui as mesmas diferenciações para estes termos. Assim, o livro oferece um histórico das teorias acadêmicas e das lutas pela educação das nações indígenas situadas no Brasil.

A obra retoma o contexto dos anos de 1970, quando as propostas e reivindicações pela criação de escolas indígenas, adequadas aos seus saberes, assumiram forma mais substancial no Brasil. Por sua vez, na academia brasileira, nas últimas décadas do século XX, o tema antropologia e educação se avolumou e tomou duas direções. Uma delas apontava o uso inadequado da etnografia pelos profissionais de educação, que nem sempre eram felizes em aprofundar a compreensão da alteridade. O outro tema de debate focava o multiculturalismo e seus limites, que resultou na formulação da noção de interculturalidade como um diálogo de saberes, indo além de uma implantação de direitos de minorias.

O livro, em linguagem clara e objetiva, apresenta o debate teórico sobre educação e identidade étnica, que fundamentou boa parte da produção do multiculturalismo acompanhada de uma produção antropológica nessa temática. A descrição etnográfica é densa, des-

crevendo o percurso histórico de formação das duas comunidades, sintetizando as características das suas escolas. A leitura propicia dois ganhos de conhecimento: sobre o debate teórico, que sustentou a análise, e, sobre os dados empíricos que lhe deram estofo – sinalizando para os limites das aplicações das teorias na prática.

A discussão teórica possibilita compreender o multiculturalismo em maior profundidade, evidenciando a complexidade da delimitacão de direitos específicos. No contexto nacional essa contribuição favorece novas reflexões sobre a educação indígena diferenciada. Ao alargar a recensão sobre multiculturalismo e interculturalismo, o autor mostra o percurso de longa duração dessa reflexão, bem como a abrangência empírica dos conceitos, que vai além de analisar se uma nação é ou não pluriétnica. Destaca-se na obra de Nascimento o diálogo de saberes, especialmente o como pôr em prática a conversação entre saber ocidental e saber indígena. É uma antropologia aplicada, sem dúvida, entretanto, as propostas de políticas específicas para as minorias não são apenas experimentos empíricos, são também reflexões teóricas que envolvem ética, bem estar, igualdade, autonomia humana. Assim, a antropologia se nutre - com significativo aporte da filosofia - das etnografias aplicadas para melhor compreender as dimensões universais possíveis para o conjunto de uma humanidade que se realiza por meio de variadas noções do humano.

Por sua vez, o recorte da história do movimento indígena, a partir das suas reivindicações de leis específicas para uma educação escolar, aprofundou a relação entre direitos territoriais e direitos culturais. Colocar em prática uma educação na qual o conhecimento científico e o conhecimento indígena dialoguem como iguais, uma escola que não sobrepõe e separa o ocidente das demais culturas. Conformar uma prática escolar que possa se encaminhar para o que nos ensina Geertz sobre a cultura, um tipo de arranjo de pensamentos e ações que revelam as potencialidades do humano, onde a diferença não é base de julgamento e de hierarquia. A escola seria um campo de práticas que fortaleceria a cultura que, por sua vez, justificaria direitos territoriais

e autonomia de gestão da vida. Nesse sentido, as lutas pela educação escolar indígena ganham maior força e se transmutam de um local de ideias desligadas da prática para serem mais uma das agências e estratégias para garantir a autonomia de povos indígenas.

Entretanto, como na música, sempre há distância entre intenção e gesto. Nos capítulos nos quais somos apresentados a estas escolas – conquistadas mais de 30 anos depois do início da luta pela educação indígena, somos apresentados à prática efetivamente. Na primeira delas (Escola Estadual Eurico Mandulão) os professores, não indígenas, tem formação insuficiente para uma prática escolar intercultural. Há também outros problemas ligados a organização política da comunidade, que não se consolidou a ponto de participar das mobilizações e formações coletivas regularmente. A própria história da comunidade, mais multifacetada etnicamente, é um obstáculo para efetivar uma organização interna e externa, criando laços de alianças com outras comunidades vizinhas. Por sua vez, o Estado não cumpre as funções de formação consistente para os professores aplicarem os conteúdos interculturais, segundo as normas regulatórias da educação indígena.

No último capítulo conhecemos uma escola cujo funcionamento se aproxima mais do modelo e forma da educação indígena, propostos pelo movimento indígena e consoante as normas de regulação legal a serem garantidas pelo Estado. Os professores e as professoras são indígenas. A educação bilíngue é reforçada na comunidade dentro das famílias. A organização política da comunidade é consolidada tanto para a participação nas mobilizações coletivas – que reúnem diferentes grupos locais, incluindo a formação da juventude; como para atuar na escola, acompanhando seu funcionamento e a prática da interculturalidade. Um cenário bem mais promissor, que demonstra ser possível agir na educação escolar reunindo a transmissão de conhecimento com a participação política de defesa da autonomia e continuidade das etnias indígenas para o futuro.

Para encerrar gostaria de fazer uma provocação. Para além das dificuldades apresentadas aqui sobre a prática da interculturalidade

sinto falta de falarmos mais sobre o tipo de conhecimento indígena que deveria ser ministrado nas escolas. Não estaria na hora de uma sistematização do conhecimento indígena para que ele possa ser ensinado junto com o conhecimento científico que é transmitido nas escolas do ocidente – modelo institucional que estamos em busca de adaptar para que nele caiba a diferença em pé de igualdade? Isso porque uma das questões difíceis para uma educação intercultural tem sido o currículo, o cumprimento de carga horária regular, calendário, e assim por diante. Temos falado muito das dificuldades de formação, das barreiras para implantar o bilinguismo, mas não temos tratado de como sistematizar as cosmologias e traçar paralelos com o conhecimento científico que os povos indígenas também desejam.

Recebido em janeiro de 2021. Aprovado em junho 2021.